

ATA NÚMERO 208/XII (4.ª)

Aos catorze dias do mês de janeiro de 2015, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na sala 2 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata. Verificou-se a ausência do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia**:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:
 - Apreciação do regime relativo a imunidades e impedimentos, para a presença de Deputado(a) na qualidade de Demandado(a) nos casos dos Julgados de Paz;
 - Apreciação do regime relativo a imunidades e impedimentos, nos casos em que os Deputados sejam partes em processos de natureza cível: autorização e forma do depoimento.
2. Nomeação do relator para elaboração do parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015 – Um novo começo [COM(2014)910]:

Relatora Deputada Cecília Honório (BE);

3. Apreciação e votação das Atas nº s 206 e 207.
4. Audiências:

10 horas

Audição do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, no âmbito da apreciação da Resolução da AR n.º 87/2014 — Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.

11 horas e 15 minutos



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Audição da Associação Portugal Pró - Vida, no âmbito da apreciação da Resolução n.º 87/2014 - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.

Depois de declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente saudou os Senhores Deputados, passando de imediato à discussão do **ponto 1.** da Ordem do Dia.

Foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Entrados no **ponto 2.** da Ordem do Dia, relembrou o Senhor Presidente ser necessário, por força da calendarização aprovada, que este Relatório esteja em condições de ser apreciado até à próxima reunião da Comissão, sendo Relatora, de acordo com a grelha respetiva, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE).

Relativamente ao **ponto 3,** da Ordem do Dia, as Atas números 206 e 207 foram aprovadas por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Entrados no **ponto 4.** da Ordem do Dia, deu-se início às duas audições agendadas, começando pelo Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, representado pelo seu Presidente, Miguel Oliveira da Silva, e Cíntia Águas, secretária executiva do mesmo Conselho.

Na sua alocução, o Senhor Presidente do Conselho começou por agradecer o convite formulado para esta Audição, desde logo por ser médico obstetra, para quem a questão da natalidade é essencial. De seguida, procedeu à distribuição pelos Senhores Deputados de uma publicação do Conselho, denominada *Demografia, Natalidade e Políticas Públicas*, contendo as atas de um colóquio promovida pelo Conselho e realizado no Parlamento, em 8 de novembro de 2013. Prosseguiu, afirmando que a matéria da natalidade está de há muito enquadrada e estudada, dando os exemplos de França, Suécia e Irlanda, onde se pode detetar uma ligeira inflexão na tendência da sua redução. Nestes casos, foi possível identificar um conjunto de medidas, designadamente, a intervenção ao nível da licença de parentalidade, tornando-a obrigatória para ambos os progenitores e com duração acrescida, a consagração de horários de trabalho flexíveis e de políticas de isenção fiscal em apoio da natalidade e, ainda, o apoio à criação de creches nos locais de trabalho.

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Relembrou que no espaço do Hospital de Santa Maria, onde antes existia uma creche para os filhos dos funcionários, existe desde há quinze anos a consulta externa de pediatria. Sem qualquer motivação xenófoba, defendeu que as políticas de incremento e da natalidade não podem assentar exclusivamente no contributo dos imigrantes, devendo esta ser integrada no âmbito de políticas públicas de espectro mais amplo.

Tomou a palavra a Senhora Cíntia Águas, médica, frisando que o seu contributo é também e sobretudo, enquanto mãe, qualidade na qual tem conseguido conciliar diversas atividades, inclusive, no próprio Conselho Nacional de Ética, embora se encontre territorialmente deslocalizada. Defendeu a necessidade de corresponsabilizar a sociedade e as entidades patronais, no sentido de flexibilizar tempos de trabalho e desmaterializar processos e compatibilizar as atividades social e profissional, de que a existência de creches nos locais de trabalho é exemplo muito relevante, compatibilizando as vertentes familiar e profissional.

Findas as alocações, foi dada a palavra à Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), tendo começado por situar a envolvente da discussão desta questão em sede parlamentar, felicitando, ainda, o interesse e a atividade desenvolvida pelo Conselho. Referiu que na abordagem a esta matéria, a Assembleia da República deve refletir, não só no capítulo legislativo, mas também sobre a melhor forma de conseguir promover e participar numa verdadeira mudança das mentalidades na sociedade civil, acerca desta matéria.

Interveio o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) que começou por referir que muito deste problema passa pela adoção de políticas públicas baseadas numa visão global da questão. A realização profissional e dos projetos de vida dos jovens, sendo cada vez mais tardia, reflete-se na questão da fertilidade e por tabela, na natalidade. Esta constatação torna essencial repensar o papel da procriação medicamente assistida, não apenas como instrumento residual, mas como uma verdadeira medida complementar de reforço e incremento da natalidade. A flexibilidade a que temos assistido tem privilegiado mais os empregadores do que os trabalhadores, o que deve ser revisto. Defendeu, ainda, que a obrigatoriedade da licença parental não deve coartar a autonomia do agregado familiar na estruturação da sua vida familiar. Numa última palavra, referiu-se à questão da educação sexual, no quadro de um planeamento familiar onde a natalidade seja desejada, sem esquecer o papel que em toda esta questão deve ser atribuída à conveniente estruturação do Serviço Nacional de Saúde.

Interveio de seguida o Senhor Deputado João Ramos (PCP), o qual tendo agradecido a presença dos representantes do Conselho pretendeu ver clarificados alguns pontos das respetivas alocações. Desde logo, no respeitante à licença de parentalidade, questionou o

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Conselho sobre como classificaria a generosidade que defende na sua atribuição, sabendo-se existirem casos concretos onde as mulheres trabalhadoras não têm qualquer hipótese de interromper a sua atividade profissional, como na pesca e na agricultura. Questionou ainda sobre se o Conselho partilha da ideia de se ter verificado uma visível retração em certas empresas na assunção de responsabilidades sociais ao nível da maternidade e natalidade que o Estado não compensou devidamente e se tal verificação é suscetível de influenciar negativamente a curva demográfica. Pediu ainda a perspetiva do Conselho acerca de como a situação económica das famílias influencia a crise na natalidade.

Para responder ao conjunto das questões colocadas pelos Senhores Deputados, foi devolvida a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Ética, o qual referiu, sucintamente que:

- Ao tratamento desta matéria não basta produzir legislação, pois esta não consegue alterar a realidade dos factos;
- A questão da natalidade estando diretamente relacionada com a da educação sexual, deve começar a ser abordada na escola primária, enquadrada pelo sistema de educação, pois a questão da natalidade não é matéria exclusiva da saúde, nem o Serviço Nacional de Saúde assegura convenientemente tal desiderato;
- É muito importante a convivência com grávidas nos locais de trabalho;
- Embora haja desvantagem na gravidez tardia, ela não pode deixar de ser apoiada, pois cerca de 1,3% dos partos resultam de procriação medicamente assistida, valor que é de 5% nos países do norte da Europa. A idade média da mulher parturiente em Portugal é de 30 anos, o que biologicamente não é a idade ideal, tendo referido que a melhor forma de prevenir o cancro da mama é através do parto anterior aos 30 anos de idade.
- Deve ser o casal a administrar os tempos de licença parental de que dispõe, sem prejuízo da salvaguarda de certos aspetos naturalmente importantes, como o que deriva da amamentação. Defende a maior flexibilidade possível dos períodos de licença, garantindo, porém, tempos mínimos impreteríveis;
- Seria importante que a Comissão para a Ética pudesse visitar as consultas pré-natal nas maternidades públicas, cujas condições não são dignas;
- Não há listas de espera em obstetrícia e cerca de 45% das camas nesta especialidade estão vagas, existindo hoje à volta de 80 mil partos por ano;
- A falta de cumprimento pelas empresas da sua responsabilidade legal e social na defesa e promoção da natalidade deve ser exemplarmente punida;

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

-A esmagadora maioria dos casais gostaria de ter mais filhos, mas as dificuldades financeiras não o consentem.

Pelas 11 horas e quinze minutos, teve início a audição da Associação Portugal Pró-Vida, para cujo efeito compareceram os Senhores Acácio Valente, Rafael Fernando A. D. Rodrigues dos Santos, Nuno Emanuel Monteiro Capucha, e Manuel José Cardoso Matias. Depois de o Senhor Presidente ter agradecido a presença dos representantes da Associação, foi explicada a metodologia a dotar para a realização da audição. De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Acácio Valente, cuja intervenção inicial pode ser consultada [aqui](#).

Finda a apresentação, foi dada a palavra à Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), a qual, agradecendo a presença dos representantes da Associação, declarou que embora não partilhando grande parte do diagnóstico apresentado, existem preocupações comuns. Mais referiu existir abertura por parte do PSD para discutir a matéria, salvaguardando sempre um procedimento não-impositivo de comportamentos, sublinhando que a mudança de mentalidades que é preciso promover nesta matéria não prescinde da compatibilização com o caminho de felicidade individual das pessoas, onde deve ter papel essencial o planeamento familiar.

Pelo PS, interveio o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves, que após agradecer a presença dos representantes da associação, referiu não poder deixar passar em claro a afirmação de que o Estado promove o aborto. De há muito que as medidas necessárias ao aumento da natalidade estão diagnosticadas, faltando políticas que as implementem, designadamente, aos níveis das vantagens fiscais, promoção da educação e da saúde sexual dos rapazes e raparigas, bem como do planeamento familiar aos casais mais jovens, de forma a tornar a natalidade em algo efetivamente desejado.

Nada mais havendo a registar, o Senhor Presidente agradeceu a participação da associação e deu por encerrados os trabalhos, cerca do meio-dia.

A reunião foi integralmente gravada, existindo o seu registo áudio e vídeo disponível para consulta em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20150114_1.mp3



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20150114_2.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20150114_3.mp3

Palácio de São Bento, 14 de janeiro de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

André Pardal

Clara Marques Mendes

Isabel Oneto

Joana Barata Lopes

João Portugal

João Ramos

Mónica Ferro

Paula Gonçalves

Pedro Delgado Alves

Pedro Lynce

Sandra Pontedeira

Sérgio Azevedo

João Figueiredo

João Lobo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros

Jacinto Serrão



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Lídia Bulcão

Paulo Almeida

Raúl de Almeida

Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório

Maria da Conceição Caldeira

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 28/01/2015.